

5 AS DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS DO BRASIL NO SÉCULO XX

Neste capítulo, são apresentados dados sobre as desigualdades sociais e regionais existentes no Brasil no Século XX que resultaram do processo de desenvolvimento imposto ao país pelas elites dirigentes nos últimos 500 anos. Como foi visto no capítulo 4, a evolução da economia brasileira sempre seguiu uma via conservadora e autoritária de desenvolvimento econômico, concentradora de riqueza, renda e poder. Uma via perversa que excluiu a maioria da população dos frutos do seu trabalho, do processo econômico e da cidadania. Reside nesse fato a origem das desigualdades sociais e regionais existentes no Brasil.

MAPA 16
BRASIL – UNIDADES DA FEDERAÇÃO POR GRANDES REGIÕES
BRASIL



Fonte: IBGE, 2002.

Com 26 Estados e um Distrito Federal (Mapa 16) o Brasil é repleto de contrastes:

- A área do Estado do Amazonas é maior do que a área somada dos 9 Estados do Nordeste.
- Os estados de Roraima e Amazonas têm de um a dois habitantes por Km²; os estados

do Rio de Janeiro e Distrito Federal têm mais de 300.

- A mortalidade infantil no Estado do Rio Grande do Sul é de 20 por 1000 nascidos vivos; no Estado de Alagoas, é de 74.
- O Sudeste é responsável por cerca de 60% do PIB do Brasil e a região Norte, por 5%.

5.1 AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Os quadros e gráficos constantes deste capítulo refletem os níveis de desigualdades sociais existentes no Brasil na era contemporânea (Tabela 6).

Tabela 6 – Indicadores sociais regionais do Brasil e Grandes Regiões – 1999

Região	Taxa de Analfabetismo (%)	Proporção de pessoas de 10 anos ou mais com 11 ou mais anos de estudos completos (%)	Mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)**	Leitos Hospitalares (por 1000 habitantes)*	Proporção de domicílios segundo o acesso a serviços de saneamento	
					Água tratada	Esgoto
Norte	11	19	35	2,1	72	8
Nordeste	24	13	58	2,9	67	19
Sul	7	23	25	3,4	89	72
Sudeste	7	20	22	3,3	81	18
Centro-Oeste	10	19	25	3,7	74	33
Brasil	12	19	36	3,2	80	44

Fonte: PATRI, 2000.

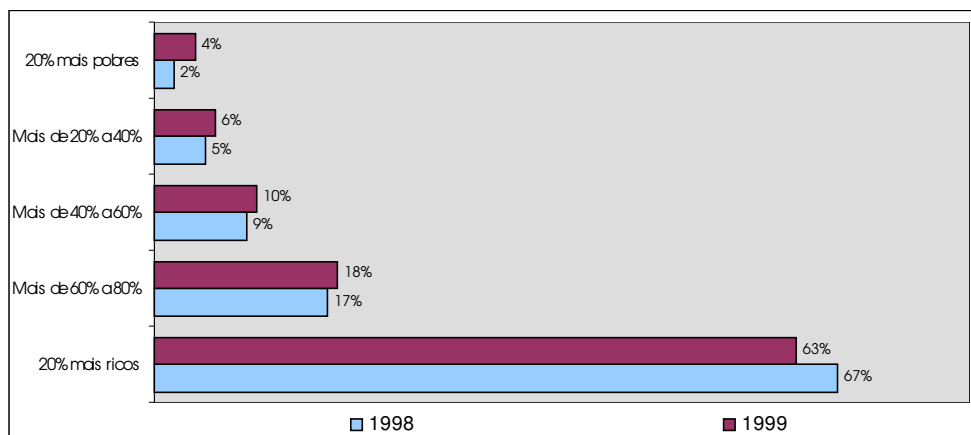
* Dados correspondentes a 1997

** Dados correspondentes a 1998

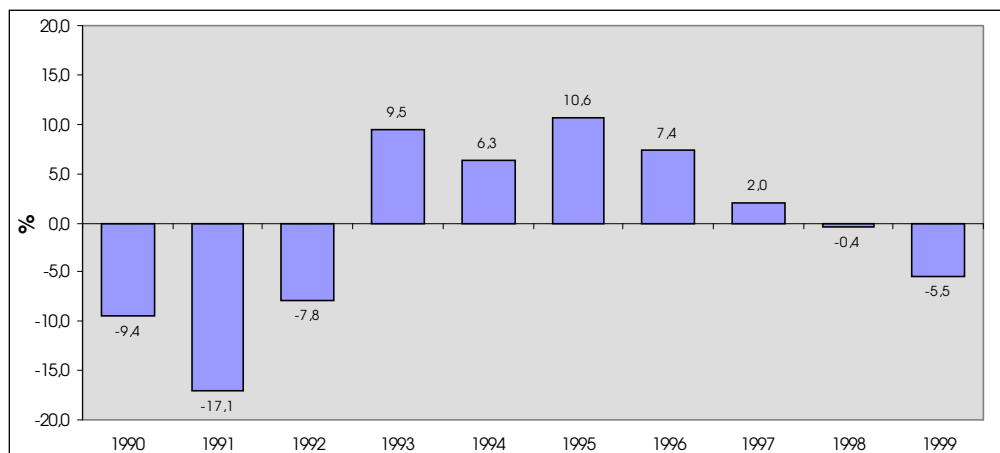
O Gráfico 20 mostra a situação da distribuição de renda no Brasil em 1988 e 1999, constatando-se que aumentou, em 1999, a concentração de renda entre os 20% mais ricos, em detrimento das demais faixas de renda.

O Gráfico 21 apresenta a evolução do rendimento médio real no Brasil de 1990 a 1999. Constata-se que o rendimento médio real aumentou positivamente de 1993 a 1997 e declinou negativamente em 1998 e 1999. Esse declínio reflete uma reversão na tendência de crescimento que se registrou a partir da introdução do Plano Real.

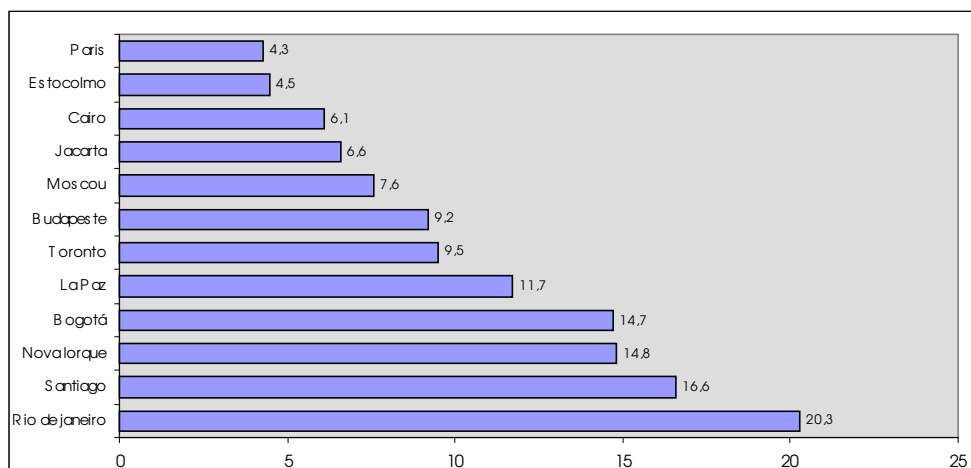
O Gráfico 22 mostra que o Rio de Janeiro, no Brasil, é a cidade do mundo onde a concentração de renda é a maior, dada pela razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, registrada em 1993.

Gráfico 20 – Distribuição de renda segundo classes de percentual – Brasil – 1998–1999

Fonte: PATRI, 2000.

Gráfico 21 – Evolução do rendimento médio real – Brasil – 1990–1999

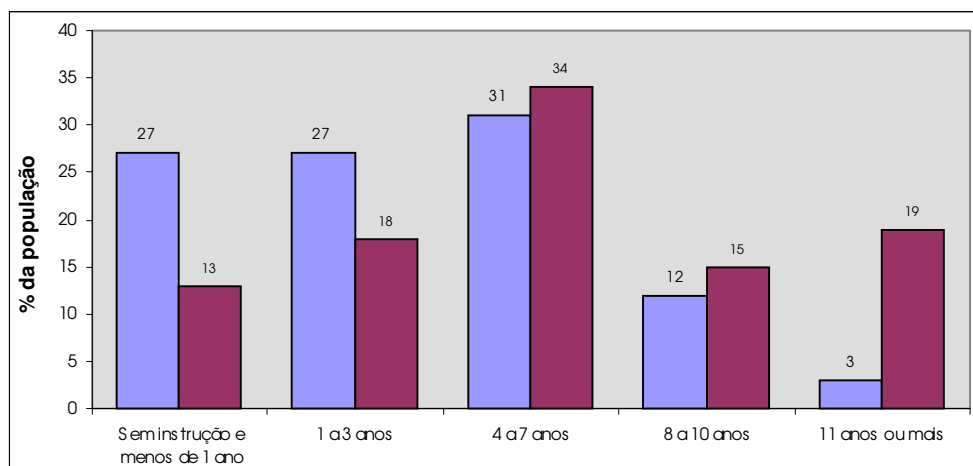
Fonte: PATRI, 2000.

Gráfico 22 – Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres em cidades selecionadas – 1993

Fonte: PATRI, 2000.

O Gráfico 23 mostra avanços em 1999 em relação a 1978 nos índices de escolaridade por níveis de anos de estudo completos em % da população. Tal situação reflete o maior acesso da população aos serviços públicos de educação.

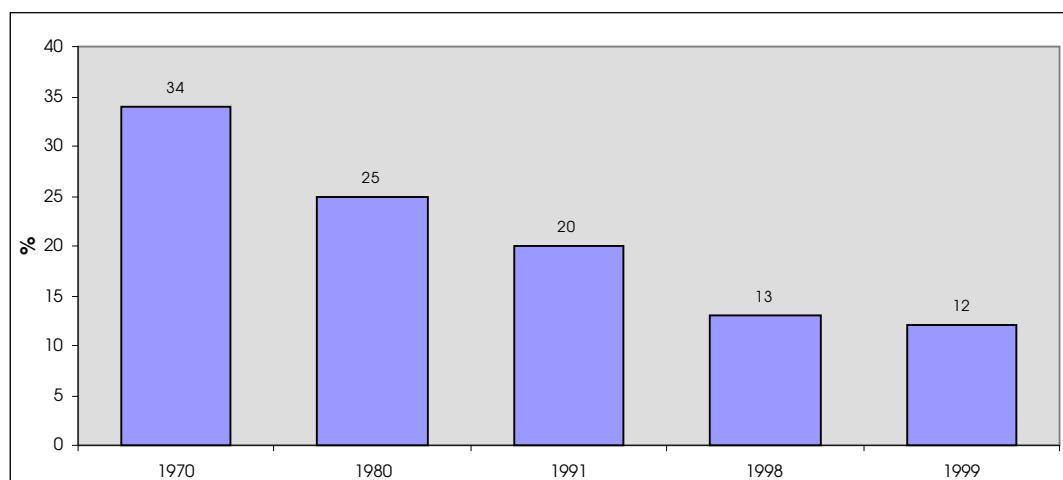
Gráfico 23 – Proporção da população por anos de estudos completos – Brasil – 1999



Fonte: PATRI, 2000.

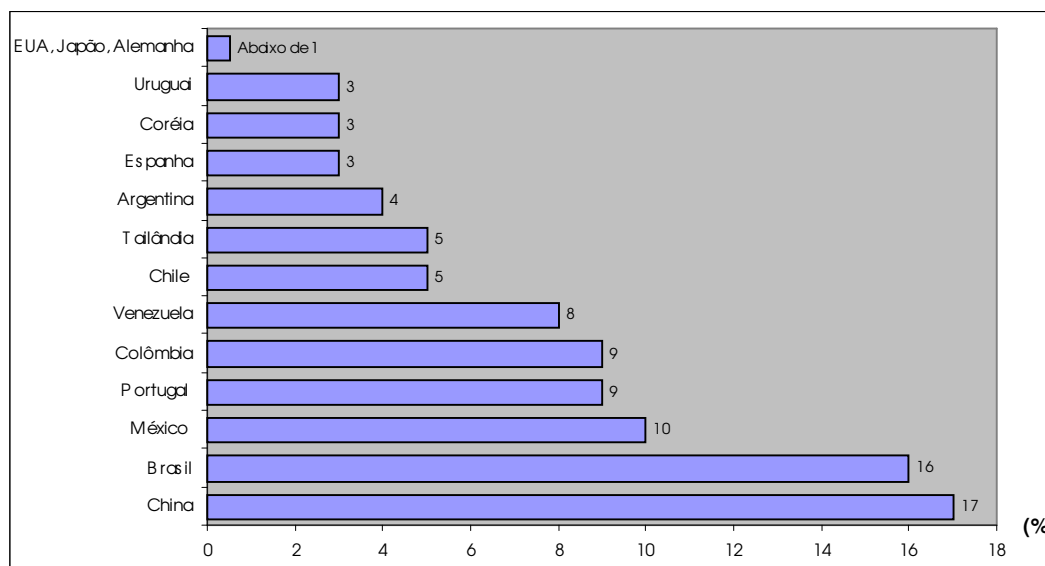
O Gráfico 24 mostra a redução na taxa de analfabetismo no Brasil de 1970 a 1999. Os argumentos que explicam o aumento da escolaridade se aplicam também para explicar a queda da taxa de analfabetismo.

Gráfico 24 – Taxa de analfabetismo – Brasil – 1970–1999



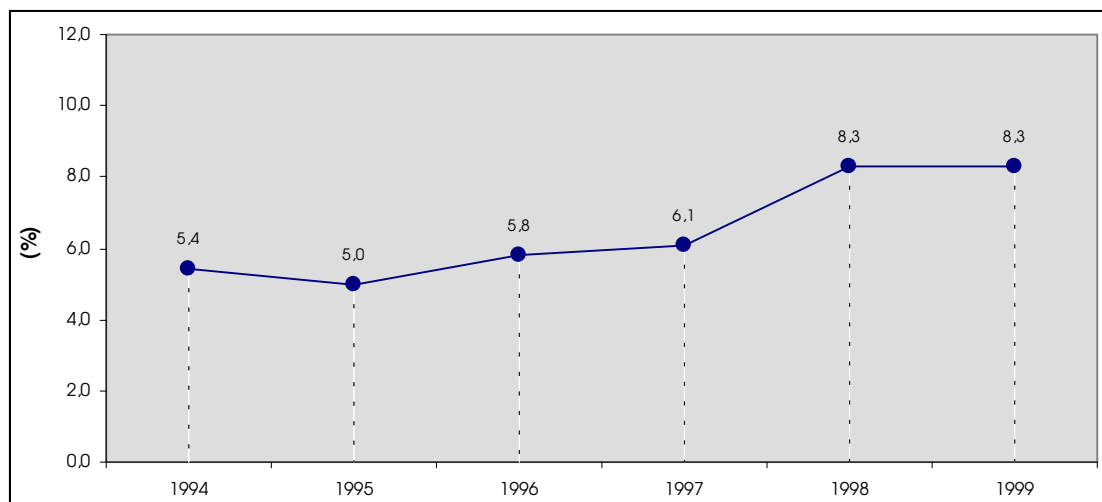
Fonte: PATRI, 2000.

O Gráfico 25 demonstra que o Brasil só perdeu para a China, em taxa de analfabetismo no mundo, em 1997.

Gráfico 25 – Taxa de Analfabetismo de países selecionados – 1997

Fonte: PATRI, 2000.

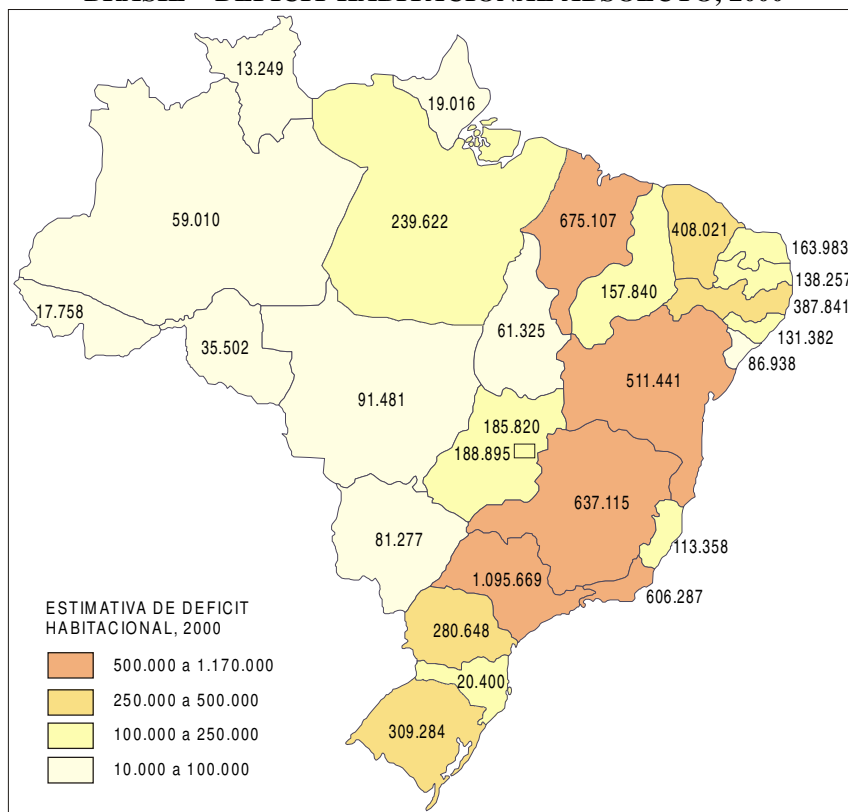
O Gráfico 26 mostra que houve aumento acentuado da taxa de desemprego no Brasil de 1994 a 1999.

Gráfico 26 – Taxa de desemprego da população economicamente ativa – Brasil – 1994–1999

Fonte: PATRI, 2000.

O Mapa 17 mostra o déficit habitacional brasileiro (6.656.526 moradias) por Estado em números absolutos. As regiões Nordeste e Sudeste representam 75,8% desse déficit. Parcela expressiva do déficit em áreas rurais encontra-se no Nordeste onde houve aumento acentuado da taxa de desemprego no Brasil de 1994 a 1999. O Estado da Bahia é um dos que apresentam os maiores déficits habitacionais (511.441 moradias).

MAPA 17
BRASIL – DÉFICIT HABITACIONAL ABSOLUTO, 2000



Fonte: Brail. Presidência da República.

A Tabela 7 apresenta a estrutura agrária do Brasil de 1980 a 1995. Nesse período, o percentual de proprietários aumentou e o número de propriedades diminuiu configurando sua concentração. A Tabela 8 mostra que a grande propriedade rural com mais de 1000 ha corresponde a cerca de 1% das propriedades, abrangendo uma área da ordem de 45% do total das terras no Brasil configurando, dessa forma, a excessiva concentração da propriedade da terra no Brasil.

Tabela 7 – Estrutura Agrária – Brasil – 1980, 1985, 1995

Características	1980	1985	1995
N.º de Propriedades (1.000)	5.160	5.802	4.860
Condição do produtor (%):			
Proprietário	62,7	61,0	69,8
Arrendatário	17,3	17,3	10,9
Ocupante	16,5	17,7	14,4
Outros	3,5	4,0	4,9
Área total (1.000 ha)	364.854	374.925	353.611
Área Média (ha)	70,7	64,6	72,8

Fonte: IBGE, 1996.

Tabela 8 – Concentração agrária, por grupos de área total, em percentual – Brasil – 1980,1980, 1995

Grupos de área total (ha)	1980		1985		1995	
	Unidades	Área	Unidades	Área	Unidades	Área
Menos de 10	50,35	2,47	52,83	2,66	49,43	2,23
De 10 a 50	31,49	10,18	29,68	10,52	3,12	9,97
De 51 a 100	7,58	7,5	7,55	8,04	8,24	7,76
De 101 a 500	8,33	23,74	7,89	24,13	8,47	23,57
De 501 a 1.000	1,12	11,01	1,03	10,92	1,20	11,36
Mais de 1.000	0,92	45,13	0,87	43,74	1,02	45,2

Fonte: IBGE, 1996.

Cabe observar que a excessiva concentração da propriedade da terra no Brasil é o resultado da herança colonial e escravista. Ainda prevalece no início do Século XXI traços visíveis e vergonhosos da presença do regime das capitânicas hereditárias e das sesmarias — raiz da colonização portuguesa e da nossa cultura econômica e política, responsável pela pobreza e miséria do povo brasileiro, pelas desigualdades sociais e raciais, pela violência rural e urbana e pela construção de um Estado centralizador e favorecedor dos privilégios das classes dominantes.

Quanto ao IDH — Índice de Desenvolvimento Humano criado pela ONU, o Brasil apesar de ser a 8ª economia do mundo em termos de PIB, atingiu em 1999 o 69º lugar com um valor igual a 0,750. O IDH varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 melhor o desenvolvimento humano. Em 1975, o IDH do Brasil era de 0,641, o que significa dizer que, apesar de tudo, houve progresso no Brasil em termos de IDH, que avalia dados como renda *per capita*, expectativa de vida e escolaridade.

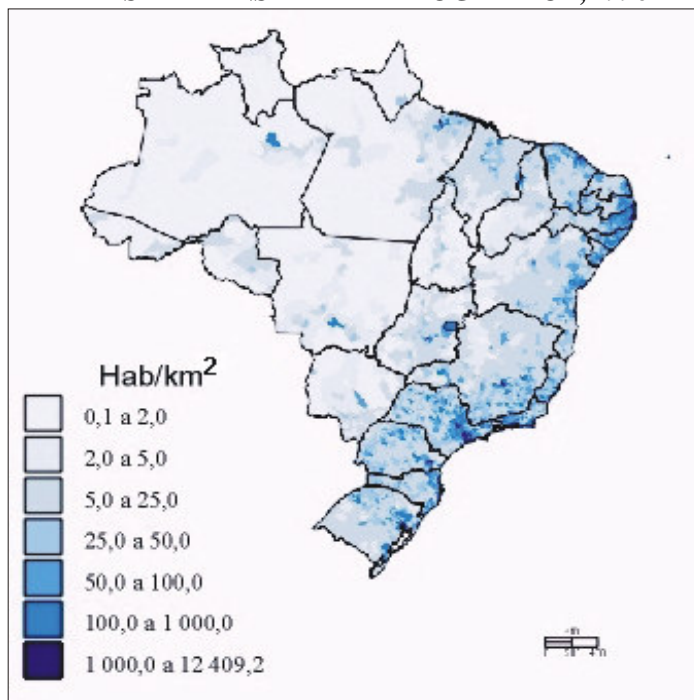
5.2 AS DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL

Considerando o exposto nos capítulos 2 e 4, pode-se afirmar que o Brasil é o resultado da expansão comercial européia. Sua ocupação e seu povoamento se deram por meio de surto de atividades exportadoras que, sucedendo-se ao longo do tempo, foram fixando populações em diferentes pontos do território nacional, sobretudo no litoral devido às facilidades de acesso ao mercado internacional através de portos (Mapa 18).

Conforme o sucesso ou insucesso de exploração econômica — em particular, a capacidade ou incapacidade de levar avante a diversificação e a industrialização — estabeleceram-se diferenciações nítidas entre esses focos isolados de desenvolvimento. O processo de acumulação do capital na região Sudeste e a política de industrialização implementada pelo governo brasileiro da década de 1930 até a década de 1970, que privilegiou o Estado de São Paulo, contribuíram decisivamente para ampliar ainda mais as desigualdades regionais

existentes no país bem retratadas nos indicadores econômicos e sociais apresentados nas tabelas de 9 a 18 e nos gráficos de 27 a 30.

MAPA 18
BRASIL – DENSIDADE DEMOGRÁFICA, 1996



Fonte: IBGE, 1999.

O Tabela 9 mostra dados de 1996 sobre a população e indicadores demográficos regionais do Brasil. Esses números indicam que a região Norte é a maior do Brasil, que a maior densidade demográfica e a maior concentração de população se localiza, pela ordem, no Sudeste e no Nordeste. Explica-se o maior crescimento demográfico no Norte e Centro-Oeste do Brasil porque são as últimas fronteiras de expansão agrícola do Brasil. O maior grau de urbanização nas regiões Sudeste, Centro-Sul e Sul, pela ordem, se explica pelo fato de serem as regiões de maior dinamismo econômico do Brasil na atualidade.

Tabela 9 – População e indicadores demográficos regionais do Brasil – 1996

Região	Participação no Brasil (%)		Densidade demográfica (hab/km ²)	Crescimento demográfico médio anual (%)	Grau de Urbanização (%)
	Área	População			
Norte	45	7	3	2,4	62
Nordeste	18	29	29	1,1	65
Sudeste	11	43	72	1,4	89
Sul	7	15	41	1,2	77
Centro-Oeste	19	7	7	2,2	84
BRASIL	100	101	18	1,4	78

Fonte: PATRI, 2000

O Tabela 10 mostra dados de 1999 sobre os indicadores econômicos regionais do Brasil, cujos números indicam que a região Sudeste supera amplamente todas as demais regiões do Brasil em todos os indicadores considerados. Apenas no percentual de domicílios com telefone as regiões Sul e Centro-Oeste se rivalizam com a região Sudeste.

Tabela 10 – Indicadores econômicos regionais do Brasil – 1999

Região	Renda <i>per capita</i>	Índice de Gini	Participação (%)				
			PIB	Arrecadação de impostos estaduais	Consumo de energia elétrica	Malha rodoviária pavimentada	Domicílios com telefone
Norte	2.305	0,541	5	4	5	10	34
Nordeste	1.512	0,587	13	14	16	11	21
Sudeste	4.734	0,537	59	60	58	11	45
Sul	3.608	0,543	16	15	16	6	42
Centro-Oeste	3.637	0,576	7	7	5	8	42
BRASIL	3.399	0,567	100	100	100	9	38

Fonte: PATRI, 2000

O Tabela 11 apresenta dados sobre o PIB do Brasil por grandes regiões e unidades da Federação. Sua análise permite constatar que 75,63% do PIB brasileiro estava concentrado nas regiões Sudeste e Sul em 1998 sendo o Sudeste responsável por 58,16% do PIB total do país. Considerando que, em 1939, as regiões Sudeste e Sul concentravam 78,6% do PIB do país, constata-se que o processo de concentração da economia brasileira se reduziu muito pouco ao longo do tempo. São Paulo que, em 1939, concentrava 31,2% do PIB nacional ampliou sua participação em 1998 para 35 % do PIB.

O Tabela 12 apresenta o PIB *per capita* do Brasil por grandes regiões e unidades da Federação, indicando que apenas sete estados da Federação (Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e o Distrito Federal tiveram em 1998 uma renda *per capita* superior à média nacional, ao contrário dos demais 19 estados do Brasil.

As Tabelas 13, 14, 15, 16, 17 e 18 apresentam a participação regional de 1939 a 1995 no que concerne ao PIB total, ao PIB agropecuário, ao PIB industrial e ao PIB terciário.

Tabela 11 – Produto Interno Bruto do Brasil a preço de mercado corrente, por Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1994–1998

Grandes Regiões e Unidades da Federação	(R\$ milhão)				
	1994	1995	1996	1997	1998
Brasil	349.205	646.191	778.886	870.743	913.734
Norte	17.762	29.960	36.153	38.507	40.909
Rondônia	1.524	2.959	3.639	4.198	4.608
Acre	548	995	1.148	1.314	1.453
Amazonas	5.878	10.994	14.090	14.411	15.099
Roraima	238	469	547	621	746
Pará	8.286	12.081	13.855	14.717	15.563
Amapá	625	1.235	1.340	1.526	1.500
Tocantins	663	1.226	1.534	1.720	1.940
Nordeste	44.949	82.588	102.597	113.942	119.254
Maranhão	2.861	5.063	6.873	7.410	7.220
Piauí	1.615	3.180	3.902	4.225	4.410
Ceará	6.584	12.495	15.641	17.589	18.825
Rio Grande do Norte	2.613	4.727	5.876	6.669	6.841
Paraíba	2.836	5.324	6.549	6.989	7.257
Pernambuco	9.039	17.461	21.391	23.439	24.797
Alagoas	2.386	4.037	5.072	5.756	6.137
Sergipe	2.042	3.533	4.304	4.843	5.028
Bahia	14.972	26.769	32.990	37.021	38.739
Sudeste	199.984	379.438	452.306	509.961	531.429
Minas Gerais	34.751	62.971	78.604	87.197	89.440
Espírito Santo	6.369	12.858	14.909	16.198	17.362
Rio de Janeiro	39.611	74.412	86.758	97.674	100.616
São Paulo	119.253	229.197	272.035	308.893	324.012
Sul	65.213	115.594	140.436	153.945	159.679
Paraná	21.304	38.369	47.720	52.849	56.766
Santa Catarina	12.780	23.573	29.454	31.875	32.414
Rio Grande do Sul	31.129	53.653	63.263	69.221	70.500
Centro-Oeste	21.297	38.611	47.394	54.389	62.463
Mato Grosso do Sul	3.848	6.994	8.317	9.292	10.044
Mato Grosso	3.861	6.510	7.946	9.155	9.895
Goiás	6.810	11.875	14.592	16.025	17.419
Distrito Federal	6.778	13.231	16.539	19.916	25.106

Fonte: IBGE, 1999.

Tabela 12 – Produto Interno Bruto *per capita* do Brasil a preço de mercado corrente – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1995–1998

Grandes Regiões e Unidades da Federação	(R\$)			
	1995	1996	1997	1998
Brasil	4.160	4.946	5.455	5.648
Norte	2.705	3.188	3.318	3.447
Rondônia	2.437	2.947	3.344	3.611
Acre	2.106	2.360	2.626	2.826
Amazonas	4.698	5.870	5.857	5.990
Roraima	1.939	2.202	2.442	2.862
Pará	2.231	2.504	2.604	2.698
Amapá	3.394	3.498	3.798	3.565
Tocantins	1.194	1.455	1.592	1.752
Nordeste	1.861	2.287	2.513	2.603
Maranhão	979	1.313	1.399	1.348
Piauí	1.196	1.458	1.567	1.624
Ceará	1.856	2.291	2.542	2.684
Rio Grande do Norte	1.865	2.291	2.571	2.607
Paraíba	1.619	1.979	2.098	2.164
Pernambuco	2.375	2.887	3.139	3.296
Alagoas	1.545	1.923	2.161	2.283
Sergipe	2.206	2.641	2.922	2.984
Bahia	2.154	2.625	2.913	3.014
Sudeste	5.726	6.734	7.492	7.706
Minas Gerais	3.813	4.704	5.158	5.230
Espírito Santo	4.645	5.304	5.677	5.996
Rio de Janeiro	5.593	6.460	7.205	7.354
São Paulo	6.804	7.950	8.888	9.183
Sul	4.966	5.958	6.451	6.611
Paraná	4.307	5.287	5.781	6.131
Santa Catarina	4.893	6.025	6.428	6.446
Rio Grande do Sul	5.617	6.551	7.091	7.145
Centro-Oeste	3.742	4.495	5.050	5.681
Mato Grosso do Sul	3.676	4.301	4.730	5.033
Mato Grosso	2.959	3.541	4.002	4.244
Goiás	2.680	3.217	3.454	3.672
Distrito Federal	7.416	9.035	10.610	13.053

Fonte: IBGE, 1999.

A Tabela 13 indica que, em 1939, a região Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo) era responsável por 63,3% do PIB Total e, em 1995, por 57,6%. O Rio de Janeiro foi o maior responsável pela queda ocorrida na região Sudeste. O Nordeste apresenta uma involução em 1995 em relação a 1939. A região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), que era responsável por 15,3% do PIB Total, evoluiu para 17,3% em 1995. As regiões Norte e Centro-Oeste do país foram aquelas que apresentaram a maior evolução de 1939 a 1995. O Distrito Federal apresentou, também, crescimento expressivo no PIB Total de 1970 a 1995.

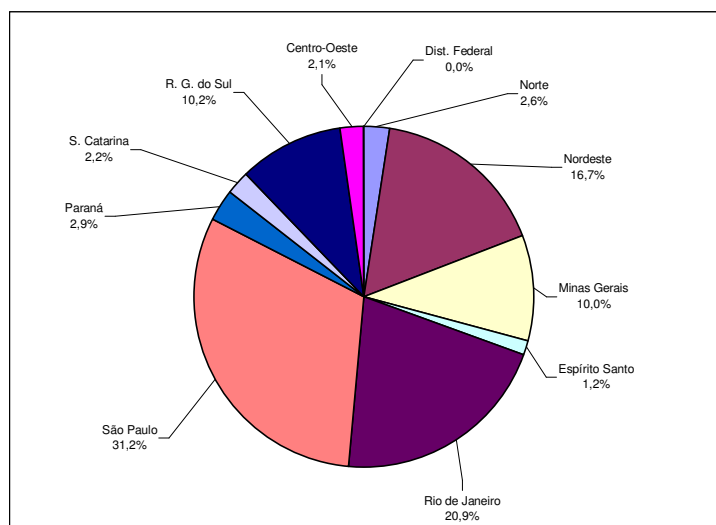
Tabela 13 – PIB Total por Região e Estados selecionados – Brasil – 1939–1995

Região/Estado	Proporção do PIB (%)							
	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995
Norte	2,6	1,7	2,0	2,2	3,2	4,1	4,4	4,6
Nordeste	16,7	13,9	14,4	12,0	12,2	13,7	13,6	13,4
Minas Gerais	10,0	10,4	7,9	8,3	9,4	9,7	9,0	9,1
Espírito Santo	1,2	1,3	0,8	1,2	1,5	1,7	1,5	1,6
Rio de Janeiro	20,9	19,5	18,5	16,1	13,6	11,6	12,3	10,3
São Paulo	31,2	36,4	37,9	39,5	37,7	35,8	36,4	36,6
Paraná	2,9	4,0	5,4	5,5	5,9	6,2	5,4	6,7
S. Catarina	2,2	2,5	2,4	2,8	3,3	3,3	3,2	3,3
R. G. do Sul	10,2	8,6	8,4	8,7	8,1	7,9	6,9	7,3
Centro-Oeste	2,1	1,7	2,3	2,7	3,6	3,7	4,2	4,7
Dist. Federal	-	-	-	1,0	1,5	2,3	3,1	2,4

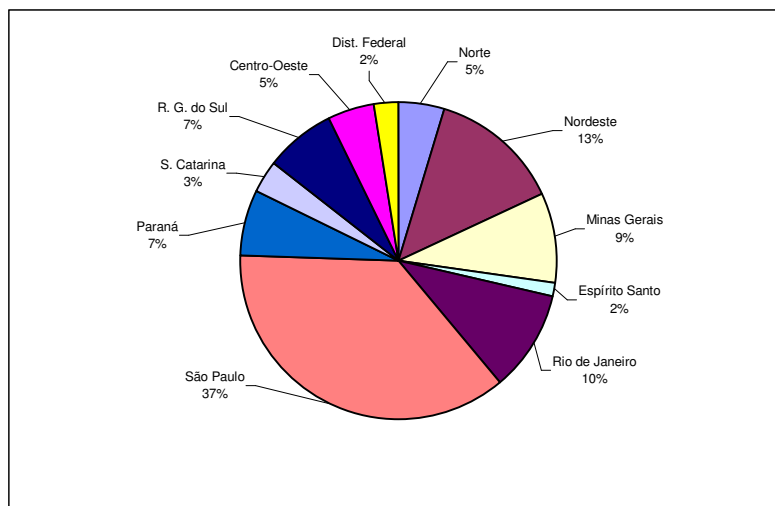
Fonte: Cano, 1998.

Os Gráficos 27 e 28 apresentam as situações em 1939 e 1995 da participação de regiões e estados selecionados na formação do PIB do Brasil.

Gráfico 27 – PIB total por região e estados selecionados – Brasil – 1939



Fonte: Cano, 1998.

Gráfico 28 – PIB total por região e estados selecionados – Brasil – 1995

Fonte: Cano, 1998.

A análise da Tabela 14 permite constatar que houve crescimento expressivo do PIB agropecuário no Norte e Centro Oeste do país de 1939 a 1995. O Nordeste teve uma pequena queda em sua participação no PIB agropecuário, envolvendo de 23% em 1939 para 22% em 1995. A região Sudeste envolveu de 47% em 1939 para 41,5% em 1995, enquanto a região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) apresentou uma pequena queda envolvendo de 22,2% em 1939 para 21,7% em 1995.

Tabela 14 – PIB Agropecuário por regiões e estados selecionados – Brasil – 1939–1995

Região/Estado	Proporção do PIB (%)							
	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995
Norte	3,3	1,7	2,4	4,1	5,0	6,5	8,5	7,6
Nordeste	23,0	19,3	27,9	20,9	19,5	20,6	20,7	22,0
Minas Gerais	15,3	17,3	10,5	11,9	16,3	17,0	13,8	14,1
Espírito Santo	2,2	2,4	1,6	1,9	2,1	2,9	1,8	2,0
Rio de Janeiro	4,8	4,9	4,1	2,4	2,0	1,8	2,0	1,8
São Paulo	24,7	30,0	21,9	18,0	14,2	16,7	24,0	23,6
Paraná	4,9	6,9	11,6	12,1	11,7	11,9	9,2	8,6
S. Catarina	3,7	3,9	4,1	5,4	5,2	4,3	4,1	4,1
R. G. do Sul	13,6	10,4	11,2	15,9	12,6	10,9	8,9	9,0
Centro-Oeste	4,5	3,2	4,7	7,4	11,4	7,4	7,0	7,1
Dist. Federal	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1

Fonte: Cano, 1998.

A análise da Tabela 15 permite constatar que houve crescimento expressivo do PIB industrial no Norte e Centro Oeste do país de 1939 a 1995. O Nordeste teve uma pequena queda em sua participação no PIB industrial, envolvendo de 12,1% em 1939 para 11,5% em 1995. A região Sudeste envolveu de 71,7% em 1939 para 61% em 1995, queda se deveu principalmente à

involução do Rio de Janeiro no período. Em 1970, a participação da região Sudeste atingiu 79% do PIB industrial do país. A região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) apresentou uma pequena queda, envolvendo de 22,2% em 1939 para 21,7% em 1995. Durante o período 1939/1995, o Paraná teve crescimento expressivo.

Tabela 15 – PIB Industrial por regiões e estados selecionados – Brasil – 1939–1995

Região/Estado	Proporção do PIB (%)							
	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995
Norte	2,3	0,9	1,2	1,1	3,0	4,0	4,4	4,5
Nordeste	12,1	9,7	7,5	7,0	9,5	12,0	12,4	11,5
Minas Gerais	8,0	6,9	6,1	6,9	8,7	8,7	9,1	9,1
Espírito Santo	0,4	0,5	0,3	0,5	1,2	1,4	1,5	1,5
Rio de Janeiro	26,9	20,0	17,4	15,2	11,9	11,8	10,5	9,4
São Paulo	36,4	47,9	54,4	56,4	47,3	44,0	43,6	41,0
Paraná	2,2	2,8	3,0	3,0	4,9	5,2	5,0	8,0
S. Catarina	2,0	2,6	2,4	2,6	3,9	3,6	3,3	4,0
R. G. do Sul	8,7	8,0	6,9	6,3	7,4	6,9	6,4	6,9
Centro-Oeste	1,0	0,7	0,8	0,9	1,7	2,1	3,3	3,6
Dist. Federal	-	-	-	0,1	0,5	0,3	0,5	0,5

Fonte: Cano, 1998.

A análise da Tabela 16 abaixo permite constatar que houve crescimento expressivo do PIB terciário no Norte e Centro Oeste do país de 1939 a 1995. O Nordeste teve uma queda em sua participação no PIB terciário, envolvendo de 14,9% em 1939 para 12,8% em 1995. A região Sudeste envolveu de 69% em 1939 para 58,9% em 1995, queda que se deveu principalmente à involução do Rio de Janeiro no período. A região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) apresentou uma evolução de 12,5% em 1939 para 15,5% em 1995. Durante o período 1939/1995, o Paraná teve crescimento expressivo.

Tabela 16 – PIB Terciário por regiões e estados selecionados – Brasil – 1939–1995

Região/Estado	Proporção do PIB (%)							
	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995
Norte	2,4	2,0	2,3	2,3	2,8	3,5	3,8	4,1
Nordeste	14,9	13,0	12,7	12,2	12,4	13,6	13,0	12,8
Minas Gerais	7,8	8,3	7,8	8,2	8,4	8,9	8,0	8,1
Espírito Santo	0,9	1,0	0,7	1,4	1,5	1,7	1,4	1,5
Rio de Janeiro	27,6	26,7	24,8	20,6	18,2	13,9	15,4	12,6
São Paulo	32,7	33,8	35,4	35,0	34,8	32,9	33,9	36,7
Paraná	2,1	3,1	4,2	5,3	5,4	5,7	4,9	5,6
S. Catarina	1,5	1,8	1,8	2,1	2,2	2,8	2,8	2,7
R. G. do Sul	8,9	8,0	8,1	8,2	7,5	8,0	7,0	7,2
Centro-Oeste	1,2	1,3	2,2	2,5	3,3	4,4	4,3	4,8
Dist. Federal	-	-	-	2,2	3,5	4,6	5,5	3,9

Fonte: Cano, 1998.

A Tabela 17 apresenta dados sobre o PIB, o PIB *per capita* e a população residente no Brasil. Essa tabela indica que o PIB apresentou declínio acentuado no crescimento de 1995 a 1999 e que o PIB *per capita* vem declinando, apresentando crescimento negativo em 1998 e 1999.

Tabela 17 – Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *per capita*, população residente e deflator implícito – Brasil – 1995–1999

Ano	Produto Interno Bruto			População residente (1.000 hab)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>			Deflator implícito Variação real anual (%)
	Milhões de reais		Variação real anual (%)		R\$		Variação real anual (%)	
	Preços correntes	Preços do ano anterior			Preços correntes	Preços do ano anterior		
1995	646.192	363.954	4,22	155.319	4.160,42	2.343,27	2,76	77,55
1996	778.887	663.371	2,66	157.482	4.945,88	4.212,36	1,25	17,41
1997	870.743	804.367	3,27	159.636	5.454,55	5.038,76	1,88	8,25
1998	913.735	872.656	0,22	161.790	5.647,66	5.393,76	-1,11	4,71
1999	960.858	920.957	0,79	163.948	5.860,75	5.617,37	-0,54	4,33

Fonte: IBGE, 2000.

A Tabela 18 apresenta dados calculados pelo autor sobre a participação de cada região do Brasil no PIB e na população, bem como o PIB *per capita* em 1998.

Tabela 18 – PIB, População e PIB *per capita* – Brasil – 1998

Região	PIB (%)	População (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$/ habitante)
Norte	4,48	6,98	3.447
Nordeste	13,05	28,91	2.603
Sudeste	58,16	42,08	7.706
Centro-Oeste	6,84	6,98	5.681
Sul	17,47	15,05	6.611
BRASIL	100,00	100,00	5.648

Fonte: IBGE, 2000.

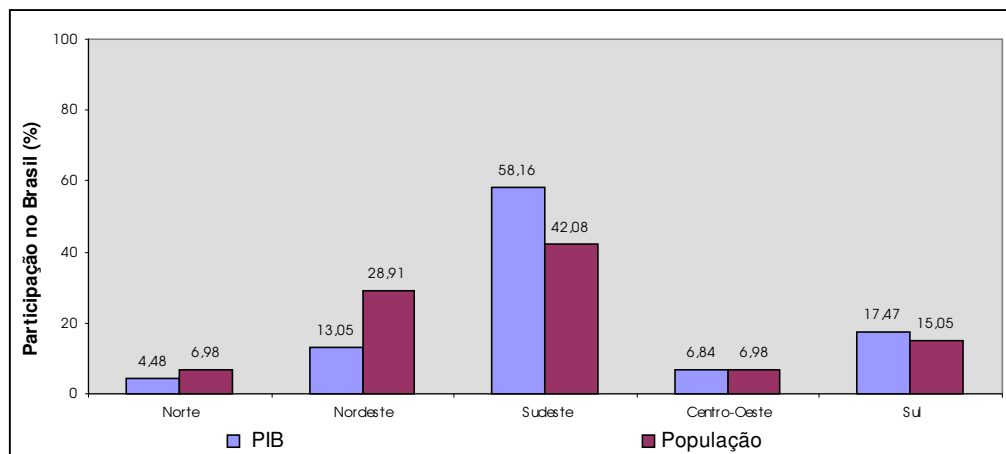
A análise da tabela 18 permite constatar que, em 1998:

- À exceção do Norte e do Nordeste, as demais regiões apresentam um PIB *per capita* superior à média nacional.
- As regiões Sul e Centro-Oeste têm participações no PIB e na população brasileira, respectivamente, da mesma ordem de grandeza, denotando uma situação de bastante equilíbrio.
- Apesar de ter uma participação na população do país de 28,91%, o Nordeste tem apenas 13,5% de participação no PIB nacional, enquanto o Sudeste tem 42,08% de participação na população do país e 58,16% de participação no PIB nacional.

- O PIB *per capita* do Nordeste é o mais baixo e o da região Sudeste o mais alto do Brasil.

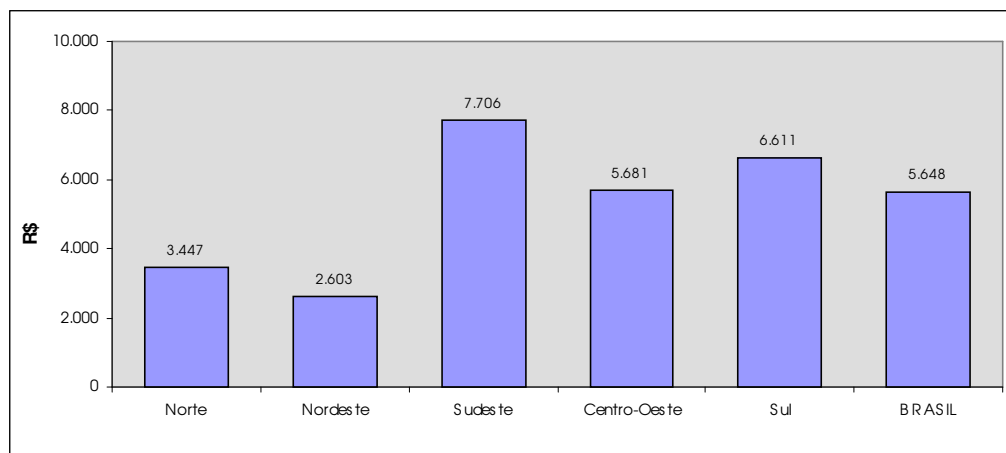
Os Gráficos 29 e 30 mostram que o Sudeste é a região do Brasil de maior PIB, população e PIB *per capita* e que a região Nordeste, onde se localiza o Estado da Bahia, é a de menor PIB *per capita*.

Gráfico 29 – Brasil – PIB e população em 1998



Fonte: IBGE, 2000.

Gráfico 30 – Brasil – PIB *per capita* por regiões, 1998



Fonte: IBGE, 2000.

5.3 PRINCIPAIS CONCLUSÕES SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS DO BRASIL

Do exposto no capítulo 4, constata-se que foram os sistemas de produção econômica adotados do Brasil Colônia até o presente momento que consolidaram o latifúndio, isto é, a grande

propriedade rural, a vinculação dependente do país em relação ao Exterior, a monocultura de exportação, a escravidão e suas conseqüências.

No Século XX, houve excessiva concentração dos investimentos públicos e privados na região Sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, e a grande maioria da população brasileira ficou marginalizada de participação nos frutos da atividade econômica.

As desigualdades sociais e regionais no Brasil foram ainda mais agravadas de 1930 a 1970, quando o país experimentou três grandes surtos de desenvolvimento, baseados no processo de industrialização, respectivamente, durante os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e dos generais presidentes durante a ditadura militar.

No governo de Juscelino Kubitschek, acreditava-se que seria possível realizar o desenvolvimento do país a partir de um centro dinâmico único (no caso, São Paulo). O dinamismo desse centro, em círculos concêntricos cada vez mais amplos, acabaria por contagiar as outras áreas e regiões do país. A prática demonstrou que essa tese era falsa. Essa política contribuiu decisivamente para ampliar as desigualdades regionais existentes no Brasil.

O Nordeste brasileiro, incluindo o Estado da Bahia, foi uma das regiões mais prejudicadas com o intercâmbio comercial com a região Sudeste porque se acentuou o déficit comercial entre elas que, na prática, representava uma transferência de renda do Nordeste para o Sudeste do Brasil.

Foi o desequilíbrio entre o Nordeste e a região Sudeste que fez com o governo Kubitschek constituísse o GTDN — Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste e dele resultasse a criação da SUDENE, que elaborou em 1961 um plano quinquenal que se apoiava em transferências líquidas de fundos da região Sudeste para o Nordeste, bem como em recursos proporcionados pelos Estados Unidos. Foi, sobretudo, no governo Ernesto Geisel, com o II PND, que houve uma real tentativa de desconcentração da atividade produtiva no Brasil, conforme ficou evidenciado no capítulo 4.

Os incentivos fiscais para estimular os investimentos em certas áreas geográficas (o mais conhecido é o Artigo 34/18 da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste), e certos setores (como turismo e exportações) contribuíram indubitavelmente para a elevação da taxas de crescimento da economia nacional em geral e do Estado da Bahia em particular na década de 1970. A criação da SUDENE no Nordeste com os incentivos fiscais intensificaram a

migração do capital produtivo para essa região, especialmente para o Estado da Bahia.

De 1930 a 1970, os êxitos econômicos alcançados não foram acompanhados de sucessos nos planos político e social, o que se deve em grande medida à fraqueza dos movimentos sociais, sobretudo das classes trabalhadoras no Brasil. Apenas no final da década de 1970, surgiu em São Paulo na região do ABC um movimento sindical forte e atuante sob a liderança de Lula, atual presidente da República que, além de lutar em defesa dos interesses dos trabalhadores batalhou pelo restabelecimento das liberdades democráticas no Brasil.